

10/maio/2017

À: Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

At.: Srs. Acionistas, Conselheiros e Administradores

Ref.: Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017 nº REL-1418/2017

Prezados Senhores,

Pela presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S.^{as}. as Informações Contábeis intermediárias para o período de três meses findo em 31 de março de 2017 da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A., acompanhadas do Relatório de revisão dos Auditores Independentes.

Atenciosamente,

Régis Eduardo Baptista dos Santos
Diretor

Concessionária do Aeroporto
Internacional de Guarulhos S.A.

Informações contábeis intermediárias referente
ao trimestre findo em 31 de março de 2017 e
Relatório de revisão do auditor independente
sobre as informações contábeis intermediárias

Em 31 de março de 2017

Índice

	Página
Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias	3
Informações contábeis intermediárias	6
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017	13

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Paulista, 37 – 1º andar
Edifício Berrini One | Itaim Bibi
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
F +55 11 3887.4800
www.granthornton.com.br

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.
Guarulhos – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) “Demonstração intermediária”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “*Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 205.665 mil durante o período de três meses findo em 31 de março de 2017 e, nessa data, o patrimônio líquido estava negativo em R\$ 1.512.616 mil e o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 1.312.590 mil. A Administração, baseada no plano de negócios, considera que, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses, a Companhia também conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa e reequilíbrio do capital circulante líquido. Em 31 de março de 2017, a eventual não confirmação do referido plano de negócios, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

Investigações do Ministério Público envolvendo acionistas e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, que informa que desde setembro de 2016 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada “Operação *Greenfield*”, e que envolvem empresas, acionistas, executivos e partes relacionadas do Grupo Invepar do qual a Companhia faz parte. Até o presente momento não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir dessas investigações. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações contábeis intermediárias, relativas às Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período três meses findo em 31 de março de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes comparativos

As informações contábeis intermediárias relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente revisadas, por outro auditor independente que emitiu relatório de revisão sem ressalvas datado de 13 de maio de 2016, que continha parágrafos de ênfase indicando: (i) existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, (ii) a não realização de depósito na conta corrente vinculada no valor de R\$1.105.220 mil, referente a parcela do passivo da concessão (outorga fixa), e (iii) existência de Investigações do Ministério Público envolvendo acionistas e partes relacionadas no âmbito da Operação “Lava Jato”.

São Paulo, 10 de maio de 2017.

Régis Eduardo Baptista dos Santos
Contador CRC 1SP- 255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais) – não auditado

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	112.119	49.994
Aplicações financeiras vinculadas	5	188.200	24.592
Contas a receber	6	216.768	223.013
Estoques		1.915	1.892
Impostos a recuperar	7a	27.506	31.543
Despesas antecipadas		2.568	6.251
Outros adiantamentos		1.857	1.940
		<u>550.933</u>	<u>339.225</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	5	83.543	77.023
Contas a receber	6	22.135	22.135
Estoques		14.745	14.866
Impostos a recuperar	7a	426.718	431.240
Partes relacionadas	8	17.713	17.713
Depósitos judiciais	15	4.059	3.271
Imobilizado	9	20.353	21.482
Intangível	10	15.392.943	15.509.082
		<u>15.982.209</u>	<u>16.096.812</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>16.533.142</u></u>	<u><u>16.436.037</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais) – não auditado

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>PASSIVO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		52.590	75.543
Empréstimos e financiamentos	11	160.690	126.072
Debêntures	12	40.229	34.444
Impostos a recolher	7d	27.652	29.600
Obrigações com empregados e administradores	13	36.004	33.458
Concessão de serviço público	14	1.267.903	1.249.535
Partes relacionadas	8	34.549	34.549
Receita diferida	16	14.416	14.471
Adiantamento de clientes	17	105.682	141.182
Outros passivos	18	123.808	116.563
		<u>1.863.523</u>	<u>1.855.417</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	2.718.133	2.700.872
Debêntures	12	707.121	704.608
Impostos diferidos passivos	7b	195.646	210.545
Concessão de serviço público	14	12.039.523	11.747.090
Provisão para obrigações legais	15	8.285	7.402
Receita diferida	16	153.527	157.054
		<u>15.822.235</u>	<u>15.527.571</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	19	1.774.558	1.774.558
Prejuízo acumulado		(2.721.509)	(1.653.079)
Resultado do período		(205.665)	(1.068.430)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(1.152.616)</u>	<u>(946.951)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		<u>16.533.142</u>	<u>16.436.037</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.ADEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM
31 DE MARÇO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma) – não auditado

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Receita líquida de serviços e cessão de espaço		410.264	401.471
Receita de construção		-	51.187
Receita operacional líquida	20	410.264	452.658
Custo dos serviços prestados	21	(317.664)	(318.175)
Custo de construção	21	-	(49.749)
Lucro bruto		92.600	84.734
Despesas gerais e administrativas	21	(30.449)	(31.318)
Outras receitas e despesas	21	342	(706)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		62.493	52.710
Resultado financeiro líquido	22	(283.055)	(387.571)
Resultado antes dos impostos		(220.562)	(334.861)
Imposto de renda e contribuição social	7c	14.897	(27.694)
Prejuízo líquido do exercício		<u>(205.665)</u>	<u>(362.555)</u>
Prejuízo líquido por ação (em reais)	28	<u>(0,107)</u>	<u>(0,246)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS PERÍODOS DE TRÊS
MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais) – não auditado

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Prejuízo do exercício	(205.665)	(362.555)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente no exercício	<u>(205.665)</u>	<u>(362.555)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais) – não auditado

	Nota	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		1.774.558	(2.721.509)	(946.951)
Prejuízo do exercício		-	(205.665)	(205.665)
EM 31 DE MARÇO DE 2017		<u>1.774.558</u>	<u>(2.927.174)</u>	<u>(1.152.616)</u>
	Nota	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		1.424.559	(1.653.079)	(228.520)
Prejuízo do exercício		-	(362.555)	(362.555)
EM 31 DE MARÇO DE 2016		<u>1.424.559</u>	<u>(2.015.634)</u>	<u>(591.075)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES
FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais) – não auditado

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício antes dos impostos		(220.562)	(334.861)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	9/10	190.109	180.515
Margem de construção	20/21	-	(1.438)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(1.208)	813
Provisão para obrigações legais	15	883	385
Apropriação de receita diferida		5.560	(1.536)
Variações monetárias e encargos, liquidas		283.116	386.227
Reequilíbrio econômico financeiro		(3.252)	-
Realização do custo de captação de empréstimos/debêntures	12	234	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Contas a receber		7.453	14.214
Estoques		98	6
Outros adiantamentos		83	633
Impostos a recuperar		8.559	19.585
Depósitos judiciais		(788)	(347)
Despesas antecipadas		3.683	1.807
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(22.953)	(10.997)
Obrigações com empregados e administradores		2.546	3.756
Impostos a recolher		(1.948)	5.363
Adiantamento de clientes		(35.500)	-
Outras obrigações e contas a pagar		7.245	(2.654)
Outorga variável	14	46.615	45.583
Receita diferida		(9.142)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>260.831</u>	<u>307.054</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação financeira		(183.783)	(2.167)
Rendimento de aplicação financeira resgatada		22.475	14.798
Aquisição de intangível		(2.245)	(53.227)
Aquisição de imobilizado		(13)	(152)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		<u>(163.566)</u>	<u>(40.748)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos	11	41.436	1.998
Pagamento de empréstimos	11	(3.750)	(1.000)
Juros pagos	11/12	(71.292)	(65.721)
Pagamento da outorga fixa	14	(1.534)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		<u>(35.140)</u>	<u>(64.723)</u>
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa			
		<u>62.125</u>	<u>201.583</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
		49.994	45.090
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			
		<u>112.119</u>	<u>246.673</u>
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa			
		<u>62.125</u>	<u>201.583</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES
FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais) – não auditado

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Receitas		553.185	514.234
Prestação de serviços e cessão de espaço	20	554.393	460.894
Receita de construção	20	-	54.153
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(1.208)	(813)
Insumos adquiridos de terceiros		(256.329)	(180.545)
Custos dos serviços prestados		(239.461)	(102.388)
Custo de construção	21	-	(49.749)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(16.868)	(28.408)
Valor adicionado bruto		296.856	333.689
Retenções			
Depreciação e amortização	21	(190.109)	(180.515)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		106.747	153.174
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		11.868	9.557
Valor adicionado total a distribuir		118.615	162.731
Distribuição do valor adicionado		118.615	162.731
Pessoal e encargos	21	37.806	38.603
Remuneração direta		26.726	27.957
Benefícios		8.151	8.442
FGTS		2.929	2.155
Outros		-	49
Impostos, taxas e contribuições		(7.945)	87.030
Federais		(8.364)	86.674
Municipais		419	356
Remuneração do capital de terceiros		294.419	399.653
Juros	22	93.048	100.950
Atualização outorga	22	197.464	297.280
Outros		3.907	1.423
Remuneração de capital próprio		(205.665)	(362.555)
Prejuízo do exercício		(205.665)	(362.555)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTE AOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma) – não auditado

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Concessionária” ou “Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. GRUPAR (“Grupar”), uma controlada do grupo Invepar, com 51% e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO com 49%, constituída em 8 de maio de 2012. A Concessionária é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria “B” e tem como principal objetivo social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Concessionária tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo.

O Governo Federal e a Concessionária assinaram o Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 10 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 5 (cinco) anos. Esse Contrato de Concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de Outorga Fixa e variável, conforme descritos na nota explicativa nº 14.

Pelos próximos 15 (quinze) anos, a Concessionária realizará investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários.

Em 31 de março de 2017, a Concessionária apresentou prejuízo no montante de R\$ 205.665 (R\$ 1.068.430 em 31 de dezembro de 2016), um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.312.590 (R\$ 1.516.192 em 31 de dezembro de 2016) e patrimônio líquido negativo em R\$ 1.152.616 (R\$ 946.951 em 31 de dezembro de 2016).

Considerando que, no atual estágio da Concessionária, sua geração de caixa operacional tem por objetivo principal o pagamento das outorgas, podendo ser necessário, em alguns períodos, obter complemento do valor via aporte dos acionistas, é esperado que a Concessionária possua capital circulante negativo, com característica decrescente, cíclica, com pico no terceiro trimestre de cada ano. Isto ocorre porque após o pagamento da Outorga Fixa, todo mês de julho, o caixa tende a reduzir periodicamente com o acúmulo de caixa operacional.

Em 5 de setembro de 2016 foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede de GRUPAR e da INVEPAR, controladora direta e indireta da Concessionária, no âmbito da Operação Greenfield. A INVEPAR celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração, as investigações prosseguem e tanto as investigações quanto os fatos supracitados, não impactaram as operações da Companhia.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Apresentação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias da Concessionária, elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, foram aprovadas em 10 de maio de 2017 pela Administração da Concessionária.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 das Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2016”), publicadas na imprensa oficial em 29 de março de 2017.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

2.2. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis e melhorias emitidos pelo IASB:

O International Accounting Standards Board - IASB publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, ainda não emitidos pelo CPC, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 2 – Pagamentos baseados em ações: As alterações endereçam áreas envolvendo mensuração, classificação e modificação de termos e/ou condições de tais transações;
- IFRS 4 – Contratos de seguros: As alterações endereçam preocupações sobre a adoção do IFRS 9;
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento): Introduce novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros;
- IFRS 15 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento): Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Leasing: Estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Concessionária não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

3. CONTRATO DE CONCESSÃO

O contrato tem por objeto a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária, a serem implementadas nas seguintes fases:

- FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da INFRAERO para a Concessionária (Fase concluída em 15 de fevereiro de 2013).
- FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços (Fase concluída em 11 de maio de 2014).
- FASE I-C - Expansão aeroportuária e de adequação total a infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária - PEA (Fase concluída em 12 de maio de 2016).
- FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA (Fase atual da Concessionária no trimestre findo em 31 de março de 2017).

O Contrato de Concessão tem prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por até 5 (cinco) anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros.

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no Contrato de Concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no Contrato de Concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação, dentre outras, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, mantendo um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados.

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Concessionária, com a assinatura do Contrato de Concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 com parcelas anuais de R\$ 810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil), a título de

Outorga Fixa.

A Concessionária também se comprometeu a realizar contribuição variável anual que corresponde ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% (dez por cento) sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no Contrato de Concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15% (quinze por cento).

A Concessionária possui como remuneração as receitas tarifárias (tarifa de embarque, de conexão, de pouso e permanência, de armazenagem e capatazia) e receitas não tarifárias (cessão de espaço), inerentes à exploração dos espaços comerciais.

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no Complexo Aeroportuário, sendo que a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

A Concessionária e seu Acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a Concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	1.718	880
Aplicações em fundos de investimento lastreadas em títulos públicos	<u>110.401</u>	<u>49.114</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>112.119</u></u>	<u><u>49.994</u></u>

As aplicações financeiras são representadas por fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais, em valores mobiliários do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil (BACEN) e em operações compromissadas lastreadas nesses títulos, com remuneração média de 98,88% do CDI (98,49% do CDI em dezembro de 2016), investimento de curto prazo e com alta liquidez.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante (a)	188.200	24.592
Não circulante (a)	<u>83.543</u>	<u>77.023</u>
Saldo de aplicações financeiras vinculadas	<u><u>271.743</u></u>	<u><u>101.615</u></u>

(a) Títulos para negociação

A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos.

Os fundos são remunerados pela taxa média de 99,18% do CDI (98,67% do CDI em 31 de dezembro de 2016) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o

saldo da conta Outorga e da conta reserva, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA, Bradesco e HSBC), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

Do montante de aplicação financeira registrado no não circulante, R\$ 4.014 refere-se à aplicação em CDB junto ao Banco Itaú BBA, remunerado pela taxa média de 75% do CDI, cedido como garantia em contrapartida ao suprimento de energia elétrica no mercado livre, conforme contrato de compra e venda de energia elétrica entre a Concessionária e a Duke Energy.

6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Contas a receber tarifárias		
Aeronaves	105.634	111.095
Armazenagem	13.228	16.510
	<u>118.862</u>	<u>127.605</u>
Contas a receber não tarifárias		
Cessão de espaço	112.466	108.760
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	<u>(14.560)</u>	<u>(13.352)</u>
Total contas a receber circulante	<u>216.768</u>	<u>223.013</u>
Total contas a receber não circulante	<u>22.135</u>	<u>22.135</u>

Em 31 de março de 2017, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total líquido de PCLD	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	Saldos vencidos						
				<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
31 DE MARÇO DE 2017	238.903	(14.560)	228.585	4.732	1.387	1.349	1.731	976	398	14.305
	Total líquido de PCLD	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	Saldos vencidos						
				<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
31 DE DEZEMBRO DE 2016	245.148	(13.352)	230.159	10.663	1.246	790	887	699	897	13.159

Em 31 de março de 2017 a provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 14.560 (R\$ 13.352 em 31 de dezembro de 2016), onde 98% desse total representam títulos vencidos há mais de 180 dias.

A Concessionária não considera na provisão para créditos de liquidação duvidosa os títulos vencidos a mais de 180 dias que não representam risco de crédito.

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo no início do exercício	(13.352)	(9.126)
Adições	(1.679)	(22.876)
Reversões	471	8.818
Baixa	-	9.832
Saldo no fim do período/exercício	<u>(14.560)</u>	<u>(13.352)</u>

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
IRRF	3.208	7.888
IRPJ a compensar	365	258
CSLL a compensar	70	48
PIS e COFINS	23.822	23.308
ISS	41	41
Total dos impostos a recuperar - circulante	<u>27.506</u>	<u>31.543</u>
PIS e COFINS - não circulante	<u>426.718</u>	<u>431.240</u>

Os impostos a recuperar são decorrentes, principalmente, de crédito de PIS e COFINS sobre os investimentos e insumos além do IRRF sobre aplicações financeiras.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Concessionária, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro (IAS 12) e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.

A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

<u>Natureza</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	688.029	688.029
Diferenças temporárias - Provisões indedutíveis	18.041	18.041
Outorga fiscal(*)	(660.805)	(671.638)
AVP outorga fiscal	(204.678)	(208.611)
Margem de construção(*)	(35.511)	(36.075)
AVP reequilíbrio	(722)	(291)
	<u>(195.646)</u>	<u>(210.545)</u>

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do Contrato de Concessão, conforme Inciso IV do art. 69 da Lei nº 12.973/14.

A Concessionária não constituiu o montante de R\$ 60.063 em 31 de março de 2017 (R\$ 363.064 em 31 de dezembro de 2016) de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. O valor acumulado, até 31 de março de 2017, de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$ 1.084.901 (R\$ 1.024.838 em 31 de dezembro de 2016).

A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	<u>Ativo</u>
2020	17.759
2021	51.870
2022	86.917
2023	105.564
2024 a 2026	443.960
	<u>706.070</u>

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos 10 anos.

c) Conciliação entre imposto de renda e contribuição social nominais e efetivo

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(220.562)	(334.861)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	74.990	113.853
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do exercício		
Diferenças permanentes	(30)	(1)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(60.063)	(141.546)
Total dos impostos no resultado - diferido	<u>14.897</u>	<u>(27.694)</u>

d) Impostos a recolher

	31/03/2017	31/12/2016
PIS e COFINS	17.816	20.607
ISS	5.801	4.601
ISS terceiros	722	805
IRRF	895	1.192
INSS s/terceiros	1.307	1.232
PIS, COFINS e contribuição social	1.111	1.163
Circulante	<u>27.652</u>	<u>29.600</u>

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária.

A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

Parte relacionada	Transação	Relação	31/03/2017		
			Ativo não circulante	Passivo Circulante	Resultado
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.713	24.905	-
ACSA	Prestação de serviços de consultoria	Acionista direto	-	8.666	-
CART (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	521	-
METRORIO (ii)	Folha de pagamento de Funcionários a Serviço GRU	Coligada	-	457	-
			<u>17.713</u>	<u>34.549</u>	<u>-</u>
Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2016		31/03/2016
			Ativo não circulante	Passivo Circulante	Resultado
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.713	24.905	-
ACSA	Prestação de serviço de consultoria	Acionista direto	-	8.666	-
CART(ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	521	-
METRORIO(ii)	Folha de pagamento de Funcionários a Serviço GRU	Coligada	-	457	-
			<u>17.713</u>	<u>34.549</u>	<u>-</u>

a) Sumário das transações entre partes relacionadas

- (i) A Concessionária possui valores a repassar de receitas e custos pertencentes a INFRAERO, provenientes da operação do terminal de cargas que realizaram suas entradas no período anterior a 15 de novembro de 2012 as quais foram recebidas

pela Concessionária.

- (ii) Os passivos com as coligadas CART e Metrô Rio são valores referentes a gastos com funcionários cedidos à Concessionária.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração durante o período foi a seguinte:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	1.134	1.103
Outros benefícios	112	259
Encargos	<u>211</u>	<u>221</u>
Total da remuneração	<u><u>1.457</u></u>	<u><u>1.583</u></u>

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

Em 31 de março de 2017, o passivo da Concessionária com obrigações com pessoal da administração totalizava R\$ 3.605 (R\$ 3.076 em dezembro de 2016). A remuneração global máxima da Administração aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017 para o exercício de 2017 é de R\$ 13.348, incluindo os encargos previdenciários incidentes.

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/03/2017
Custo						
Instalações	5%	11.944	-	-	-	11.944
Máquinas e equipamentos	10%	3.563	-	-	102	3.665
Móveis e utensílios	10%	2.743	1	-	-	2.744
Veículos	20%	2.105	-	-	114	2.219
Equipamentos de informática	20%	10.502	12	-	(216)	10.298
Total		<u>30.857</u>	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30.870</u>
Depreciação acumulada						
Instalações		(166)	(285)	-	-	(451)
Máquinas e equipamentos		(1.851)	(150)	-	-	(2.001)
Móveis e utensílios		(1.254)	(99)	-	-	(1.353)
Veículos		(807)	(93)	-	-	(900)
Equipamentos de informática		(5.297)	(515)	-	-	(5.812)
Total		<u>(9.375)</u>	<u>(1.142)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.517)</u>
Imobilizado líquido		<u><u>21.482</u></u>	<u><u>(1.129)</u></u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u><u>20.353</u></u>

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/03/2016
Custo					
Instalações	5%	1.240	-	-	1.240
Máquinas e equipamentos	10%	6.213	18	-	6.231
Móveis e utensílios	10%	2.587	9	-	2.596
Veículos	20%	2.111	-	-	2.111
Equipamentos de informática	20%	8.436	125	-	8.561
Total		20.587	152	-	20.739
Depreciação acumulada					
Instalações		(90)	(17)	-	(107)
Máquinas e equipamentos		(2.205)	(281)	-	(2.486)
Móveis e utensílios		(865)	(96)	-	(961)
Veículos		(492)	(88)	-	(580)
Equipamentos de informática		(3.615)	(421)	-	(4.036)
Total		(7.267)	(903)	-	(8.170)
Imobilizado líquido		13.320	(751)	-	12.569

Sobre o ativo imobilizado da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

Perdas por redução ao valor recuperável

Em 31 de março de 2017, não foram identificadas evidências de ativos imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

10. INTANGÍVEL

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2016	Adições	Transferências	Saldo em 31/03/2017
Custo					
Software e sistemas	20%	26.225	-	-	26.225
Outorga fixa - concessão	(a)	13.918.432	70.081	-	13.988.513
Investimento para concessão	(a)	4.013.079	916	17.730	4.031.725
Em andamento		23.388	1.831	(15.532)	9.687
Adiantamento a fornecedores		2.198	-	(2.198)	-
Total		17.983.322	72.828	-	18.056.150
Amortização					
Software	20%	(11.250)	(1.311)	-	(12.561)
Outorga fixa - concessão	(a)	(2.037.901)	(139.486)	-	(2.177.387)
Investimento para concessão	(a)	(425.089)	(48.170)	-	(473.259)
Total		(2.474.240)	(188.967)	-	(2.663.207)
Intangível líquido		15.509.082	(116.139)	-	15.392.943

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2015	Adições	Transferências	Saldo em 31/03/2016
Custo					
Software e sistemas	20%	44.374	461	-	44.835
Outorga fixa - concessão	(a)	13.490.813	140.225	-	13.631.038
Investimento para concessão	(a)	3.798.316	12.134	50	3.810.500
Em andamento		76.479	41.793	342	118.614
Adiantamento a fornecedores		392	-	(392)	-
Total		17.410.374	194.613	-	17.604.987
Amortização					
Software	20%	(7.933)	(1.465)	-	(9.398)
Outorga fixa - concessão	(a)	(1.487.992)	(135.625)	-	(1.623.617)
Investimento para concessão	(a)	(249.056)	(42.522)	-	(291.578)
Total		(1.744.981)	(179.612)	-	(1.924.593)
Intangível líquido		15.665.393	15.001	-	15.680.394

(a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a Outorga Fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a. e terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente à finalização de cada fase. Mais detalhes sobre a Outorga Fixa estão descritos na nota explicativa nº 14.

As adições no período referem-se, em sua maioria, às obras em andamento e capitalização dos encargos da Outorga Fixa.

No período findo em 31 de março de 2017 foram capitalizados no ativo intangível R\$ 70.081 de atualização monetária da Outorga Fixa (R\$ 140.225 no período findo em 31 de março de 2016) e R\$ 501 de juros sobre empréstimos e financiamentos (R\$ 2.966 no período findo em 31 de março de 2016).

Sobre os ativos intangíveis da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Perdas por redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de março de 2017 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2017 até 10 de julho de 2032 (previsão de término do Contrato de Concessão).

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição da dívida

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos Anuais (spread)	Saldo Inicial 31/12/2016	Captação	Pagamento do Principal	Juros Incorridos	Pagamento de Juros	Saldo final 31/03/2017
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.941.629	29.005	-	48.883	(41.885)	1.977.632
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	1.993	-	-	36	(29)	2.000
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	832.620	12.431	-	22.386	(18.969)	848.468
Itaú	Carta Fiança	Indeterminado	INPC	2,90%	5	-	-	6	(5)	6
Caixa Econômica Federal	Conta Garantida	dez/18	CDI	spread	50.697	-	-	2.084	(2.064)	50.717
Total					2.826.944	41.436	-	73.395	(62.952)	2.878.823

Parcela do circulante

160.690

Parcela do não circulante

2.718.133

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos Anuais (spread)	Saldo Inicial 31/12/2015	Captação	Pagamento Principal	Juros Incorridos	Pagamento de Juros	Saldo final 31/03/2016
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.879.610	-	-	47.038	(40.380)	1.886.268
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	1.285	679	-	32	(24)	1.972
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	806.070	-	-	21.720	(18.315)	809.475
Itaú	Carta Fiança	Indeterminado	INPC	2,90%	5	-	-	6	(5)	6
Caixa Econômica Federal	Conta Garantida	nov/15	-	1,90%	-	1.000	- 1.000	1	(1)	-
Total					2.686.970	1.679	(1.000)	68.797	(58.725)	2.697.721

Parcela do circulante

10.485

Parcela do não circulante

2.687.236

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. Em 31 de março de 2017 o montante capitalizado no exercício foi de R\$ 501 (R\$ 7.618 no período findo em 31 de dezembro de 2016).

Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

2018	105.794
2019	152.158
2020	196.318
2021 em diante	2.263.863
	<hr/>
	2.718.133
	<hr/>

Fiança

Em 01 de julho de 2014 a Concessionária contratou Carta Fiança no montante de R\$ 665 para garantir o pagamento de quantias questionadas nos autos da Execução de Título Extrajudicial, processo nº 1007422-31.2014.8.26.0224 perante o Juízo de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos – SP. Este saldo é atualizado de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e com o *spread* de 2,9% a.a.

Conta Garantida

Em 28 de abril de 2016, a Concessionária utilizou o montante de R\$ 50.000 da conta garantida, com a finalidade de limite de crédito rotativo, com juros remuneratórios obtidos pela composição da taxa CDI Cetip e sobrepreço efetivo anual, incidentes sobre a média aritmética simples dos saldos devedores diários.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Os empréstimos e financiamentos, relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e aos bancos repassadores: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco, além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário, são garantidos através do penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão, penhor dos direitos de administração de conta corrente e penhor de ações dos acionistas (INFRAERO e GRUPAR).

Além das garantias apresentadas, a Concessionária possui um contrato de suporte de acionistas (*ESA - Equity Support Agreement*) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES, que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando a contribuição fixa e variável.

Conforme contrato de financiamento com o BNDES os *covenants* financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, após a conclusão de todas as obras financiadas, o que deverá ocorrer a partir de 2019, e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

Em Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) de 1ª e 2ª emissão, realizada em 10 de maio de 2016, foi aprovado pelo BNDES e Repassadores, a solicitação da alteração da obrigação da composição da “Conta Outorga Fixa” e da “Conta Outorga Variável”, que passará a ocorrer 60 (sessenta) dias antes das datas dos devidos pagamentos das Contribuições Fixa e Variável ao Poder Concedente, não mais em 12 de maio e 12 de março de cada ano, respectivamente. Esse *waiver* se deu com a celebração do Aditamento do Contrato de Cessão Fiduciária. O objetivo do ajuste contratual foi realizado de forma que a obrigação do pagamento ao cliente (Poder Concedente) esteja atrelada a efetiva data de pagamento.

Em 11 de maio de 2016, foi solicitado o *waiver* ao BNDES e aos Bancos Repassadores solicitando (i) a não constituição da conta reserva Outorga Fixa em 12 de maio; e (ii) prazo de 45 dias para definir as alternativas à constituição da mencionada conta.

No dia 12 de maio de 2016, o BNDES junto aos Repassadores, determinaram: (i) prorrogação do prazo por 30 dias corridos a contar de 12 de maio de 2016, para preenchimento da Conta Outorga Fixa, ou, para apresentação de solução para o pagamento da Outorga Fixa relativa a 2016.

12. DEBÊNTURES

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 476, no valor de R\$ 300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a, correspondente a 1ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, a partir da data de emissão até a data de pagamento dos juros das debêntures, sendo que a 1ª Série terá seu pagamento em 15 de março, a 2ª Série em 15 de junho, a 3ª Série em 15 de setembro e a 4ª Série em 15 de dezembro, até a amortização do principal que será em 9 (nove) parcelas anuais, a partir de 15 de março de 2017 até 15 de dezembro de 2025, conforme vencimentos descritos a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>1ª série</u>	<u>2ª série</u>	<u>3ª série</u>	<u>4ª série</u>
5%	15/03/2017	15/06/2017	15/09/2017	15/12/2017
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures.

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Concessionária por meio da segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a liquidação antecipada das Notas Promissórias emitidas em 7 de maio de 2014.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente a 2ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>Data</u>
5%	15/10/2018
5%	15/10/2019
8%	15/10/2020
10%	15/10/2021
12%	15/10/2022
15%	15/10/2023
15%	15/10/2024
15%	15/10/2025
15%	15/10/2026

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos Anuais	Saldo Inicial 31/12/2016	Pagamento do Principal	Juros Incorridos	Pagamento de Juros	Custo de Emissão	Saldo final 31/03/2017
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	385.200	(3.750)	10.989	(8.340)	-	384.099
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	362.541	-	9.165	-	-	371.706
Custo com emissão				(8.689)	-	-	-	234	(8.455)
Total				739.052	(3.750)	20.154	(8.340)	234	747.350

Parcela do circulante	40.229
Parcela do não circulante	707.121

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos Anuais	Saldo Inicial 31/12/2015	Pagamento do Principal	Juros Incorridos	Pagamento de Juros	Custo de Emissão	Saldo final 31/03/2016
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	361.269	-	17.145	(6.996)	-	371.418
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	340.095	-	15.009	-	-	355.104
Custo com emissão				(9.734)	-	-	-	320	(9.414)
Total				691.630	-	32.154	(6.996)	320	717.108

Parcela do circulante	20.436
Parcela do não circulante	696.672

Em 31 de março de 2017, os custos de captação com as instituições financeiras para emissão das debêntures são de R\$ 8.455 (R\$ 9.414 em 31 de março de 2016).

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2018	32.187
2019	48.119
2020	66.470
2021 em diante	567.853
	<u>714.629</u>

No período de 01 de janeiro até 31 de março de 2017, a Concessionária realizou pagamento de juros no montante total de R\$ 8.340, da 1ª Série da 1ª emissão de Debêntures. Adicionalmente, iniciou-se a amortização do principal, seguindo o cronograma, no montante de R\$ 3.750 desta série.

Até 31 de março de 2016 a Concessionária realizou pagamento de juros no montante total de R\$ 6.996 sendo referente à remuneração da 1ª série da 1ª emissão de debêntures, conforme cronograma de pagamentos.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

As debêntures têm como garantias o penhor da totalidade das ações de seus acionistas (INFRAERO e GRUPAR), a cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e cessão fiduciária dos direitos creditórios da conta centralizadora, que são compartilhados com o financiamento do BNDES, além do Suporte de Acionistas (*Equity Support Agreement - ESA*). Conforme contrato de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) os *covenants* deverão ser apresentados, obrigatoriamente, após a conclusão de todas as obras financiadas, o que deverá ocorrer a partir de 2019 e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

13. OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
INSS a recolher	2.482	2.748
FGTS a recolher	534	909
Férias e encargos sobre férias	11.304	13.671
13º Salários encargos sociais	2.104	-
Programa de participação nos resultados	19.057	15.670
Outros	523	460
	<u>36.004</u>	<u>33.458</u>

14. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Objeto	Saldo Inicial 31/12/2016	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Pagamento	Saldo final 31/03/2017
Outorga variável	187.102	-	-	-	-	187.102
Outorga fixa	1.105.715	-	7.366	13.662	(1.534)	1.125.209
(-) Reequilíbrio (b)	(43.282)	-	(1.126)	-	-	(44.408)
Circulante	1.249.535	-	6.240	13.662	(1.534)	1.267.903
Outorga Variável	-	46.615	-	-	-	46.615
Outorga fixa	11.827.018	-	191.525	56.419	-	12.074.962
(-) Reequilíbrio (b)	(79.928)	-	(2.126)	-	-	(82.054)
Não circulante	11.747.090	46.615	189.399	56.419	-	12.039.523
Total	12.996.625	46.615	195.639	70.081	(1.534)	13.307.426

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA

O pagamento realizado no trimestre refere-se à atualização de juros decorrentes do parcelamento da outorga em 2016.

Objeto	Saldo inicial 31/12/2015	Adições	Atualização resultado	Atualização intangível	Saldo final 31/03/2016
Outorga variável	183.541	45.583	-	-	229.124
Outorga fixa	1.032.826	-	24.565	26.651	1.084.042
Circulante	1.216.367	45.583	24.565	26.651	1.313.166
Outorga fixa	11.648.476	-	272.715	113.574	12.034.765
Não circulante	11.648.476	-	272.715	113.574	12.034.765
Total	12.864.843	45.583	297.280	140.225	13.347.931

Pela assinatura do Contrato de Concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% (nove vírgula quinze por cento) conforme OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrerão no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva dois meses antes. Os pagamentos serão reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil).

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% (dez por cento) sobre a totalidade da receita bruta anual, deduzida da receita de construção. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no Contrato de Concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15% (quinze por cento).

Reequilíbrio econômico financeiro

Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão ANAC 121, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à INFRAERO no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada, entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016 a Diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC decidiu aprovar a 1ª Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

(b) Conforme estabelecido na decisão nº 191 da ANAC a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela.

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

Os valores estabelecidos na tabela serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal, e eventuais diferenças relativas as estimativas dos anos anteriores deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA, calculado pelo IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

15. PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Concessionária é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos, como apresentado a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Provisões</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/03/2017</u>
Provisão para riscos					
Trabalhistas (a)	7.137	144	-	511	7.792
Tributário (b)	21	16	(4)	1	34
Administrativos (c)	218	175	-	6	399
Cíveis (d)	26	34	(1)	1	60
Total	7.402	369	(5)	519	8.285

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Riscos possíveis - Valores não provisionados

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão para riscos		
Trabalhistas (a)	2.332	2.211
Tributários (b)	379	369
Administrativo (c)	15	15
Cíveis (d)	176	9
Total	2.902	2.604

a) Riscos trabalhistas

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização).

b) Riscos tributários

Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, de natureza tributária, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadoria sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto.

c) Administrativo

Autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, ANVISA, IPEM-SP/INMETRO, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo.

d) Riscos cíveis

Processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária.

Depósitos recursais e judiciais

Em 31 de março de 2017, a Concessionária possuía R\$ 4.059 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 3.271 em 31 de dezembro de 2016).

16. RECEITA DIFERIDA

	<u>Saldo Inicial</u>	<u>Adição</u>	<u>Apropriação</u>	<u>Transferência</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante					
Cessão de espaço	7.329	-	(1.798)	1.863	7.394
Reequilíbrio	7.142	-	(1.784)	1.664	7.022
	<u>14.471</u>	<u>-</u>	<u>(3.582)</u>	<u>3.527</u>	<u>14.416</u>
Não Circulante					
Cessão de espaço	83.149	-	-	(1.863)	81.286
Reequilíbrio	73.905	-	-	(1.664)	72.241
	<u>157.054</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.527)</u>	<u>153.527</u>
	<u>171.525</u>	<u>-</u>	<u>(3.582)</u>	<u>-</u>	<u>167.943</u>

A receita diferida da Concessionária está composta por contratos com lojistas, referente à cessão de espaço, como também o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico financeiro.

A atualização do reequilíbrio econômico, feita por meio do reconhecimento do ajuste a valor presente ao resultado, se dá em base sistemática semelhante à apropriação da receita diferida. Por este motivo, o montante de receita diferida de reequilíbrio econômico no passivo não circulante não teve qualquer movimentação de atualização.

17. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Adiantamento de clientes	<u>105.682</u>	<u>141.182</u>
Total	<u>105.682</u>	<u>141.182</u>

Em 09 de maio de 2016, a Concessionária recebeu o montante de R\$ 213.790, referente a antecipação de recebíveis, lastreados na remuneração mínima mensal e remuneração variável de contratos.

Os valores estão relacionados à transmissão do direito de exclusividade na exploração das atividades que podem ser objeto de geração de receitas não-tarifárias.

18. OUTROS PASSIVOS

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Repasso ATAERO (a)	3.823	56.772
Repasso PAN/PAT (b)	240	61
Repasso ao Tesouro Nacional (c)	68.947	59.730
Contribuição Tarifária (d)	50.798	-
Total	<u><u>123.808</u></u>	<u><u>116.563</u></u>

- (a) O repasse ATAERO era o adicional tarifário instituído pela Lei nº 7.920/89, cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no percentual de 35,90% (trinta e cinco vírgula noventa por cento) dos valores efetivamente cobrado dos usuários. A Lei nº 13.319/16 extinguiu a cobrança deste repasse e criou a Contribuição Tarifária, sem impactos no resultado da Concessionária;
- (b) O repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao DECEA – Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Os percentuais são variáveis e determinados conforme peso das bagagens e cargas;
- (c) O repasse ao Tesouro Nacional corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei nº 9.825/99. O repasse corresponderá a US\$ 18,00 (dezoito dólares estadunidense) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do Contrato de Concessão.
- (d) A Contribuição Tarifária corresponde ao montante mensal resultante da aplicação de alíquota de 22,65% sobre a receita mensal proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pousos e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital social

Em 31 de março de 2017 o capital social da Concessionária é de R\$ 1.774.558 (em 31 de dezembro de 2016 era R\$ 1.774.558), sendo totalmente subscrito e integralizado. Composto por ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

	<u>31/03/2017</u>		
	<u>Capital</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>%</u>
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR	905.025	984.119.242	51
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	869.533	945.526.331	49
Total	<u><u>1.774.558</u></u>	<u><u>1.929.645.573</u></u>	<u><u>100</u></u>

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Receita operacional bruta tarifária		
Receita de aeronave e passageiros	220.962	154.557
Receita de armazenagem e capatazia	120.081	84.694
Total da receita operacional bruta tarifária	<u>341.043</u>	<u>239.251</u>
Receita operacional bruta não tarifária		
Cessão de espaço	213.350	221.643
Total da receita operacional bruta não tarifária	<u>213.350</u>	<u>221.643</u>
Total da receita operacional bruta tarifária e não tarifária	<u>554.393</u>	<u>460.894</u>
Deduções da receita bruta	<u>(144.129)</u>	<u>(59.423)</u>
PIS	(9.132)	(7.520)
COFINS	(42.062)	(34.643)
ISS	(17.052)	(11.963)
Contribuição tarifária	(74.827)	-
Devoluções e cancelamentos	(1.056)	(5.297)
Receitas líquida de serviços e cessão de espaço	410.264	401.471
Receita de construção	-	51.187
Receita operacional líquida	<u>410.264</u>	<u>452.658</u>

21. CUSTO E DESPESAS

	31/03/2017	31/03/2016
Pessoal e encargos	(37.805)	(38.603)
Conservação e manutenção	(25.250)	(26.453)
Comunicação, marketing e publicidade	(379)	(938)
Seguros e garantias	(3.439)	(1.427)
Serviços de terceiros	(33.971)	(33.795)
Veículos	(495)	(404)
Consultoria e assessoria	(2.022)	(2.627)
Aluguéis e impostos	(7.958)	(6.584)
Energia elétrica	(7.836)	(19.639)
Contingências	(883)	(385)
PCLD	(1.208)	(813)
Outorga variável (*)	(45.846)	(45.583)
Depreciação e amortização	(190.109)	(180.515)
Custo de construção	-	(49.749)
Outros	9.430	7.567
	<u>(347.771)</u>	<u>(399.948)</u>
Custo dos serviços prestados	(317.664)	(318.175)
Custo de construção	-	(49.749)
Despesas gerais e administrativas	(30.449)	(31.318)
Outras receitas e despesas administrativas	342	(706)
	<u>(347.771)</u>	<u>(399.948)</u>

(*) Detalhes dos valores da Outorga Variável estão descritos na Nota Explicativa nº 14.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	31/03/2017	31/03/2016
Receita financeira		
Juros sobre aplicações financeiras	8.820	7.745
Outras receitas financeiras(*)	671	1.368
Total	<u>9.491</u>	<u>9.113</u>
Despesas financeiras		
Atualização monetária sobre outorga fixa	(195.639)	(297.280)
Juros sobre debêntures	(20.154)	(32.154)
Juros sobre empréstimos	(72.893)	(65.831)
Comissões e despesas bancárias	(1.996)	(487)
Outros	(1.864)	(932)
Total	<u>(292.546)</u>	<u>(396.684)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(283.055)</u>	<u>(387.571)</u>

(*) Outras receitas financeiras referentes à multa e juros sobre valores recebidos em atraso e atualização de créditos tributários.

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Concessionária baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “concessão aeroportuária” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

24. PLANO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

Em abril de 2014, a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da INFRAERO, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 - Contrato de Concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - Das Disposições Transitórias, item “15.3”.

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do INFRAPREV, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Em 31 de março de 2017, não foi identificado passivo atuarial líquido relevante, conforme última avaliação atuarial realizada.

25. SEGUROS

Em 31 de março de 2017, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantam continuidade e eficácia das operações realizadas no Aeroporto, como seguro de responsabilidade civil, seguro de riscos operacionais, seguro de riscos de engenharia, garantia de obrigações públicas, seguro de vida bombeiros, seguros de riscos diversos (equipamentos móveis - combate a incêndio) e seguro de frota operacional (carros de apoio ao Aeroporto).

Modalidade (*)	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	500.000	30/06/2016	30/06/2017	Itaú Seguros S.A.
Riscos operacionais	1.600.000	24/05/2016	24/05/2017	Tokio Marine Seguradora
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos (US\$)	500.000	24/05/2016	24/05/2017	Mapfre Seguros
Garantia de obrigações públicas	581.450	04/06/2016	04/06/2017	BTG Pactual
Riscos de engenharia, obras civis em construção/instalação montagem	1.170.000	26/03/2013	30/06/2017	Zurich Seguradora S.A.
Seguro de equipamentos móveis	3.300	24/05/2016	24/05/2017	Allianz Seguros S.A.
Seguro de vida – bombeiros	52.793	24/05/2016	24/05/2017	Tokio Marine Seguradora
Seguro de frota	500.000	08/08/2016	08/08/2017	Tokio Marine Seguradora

A Concessionária tem participação na apólice de seguro D&O do Grupo Invepar, com vigência de Jan/17 a Mar/17 com limite máximo de garantia de R\$ 100.000.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Concessionária foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Concessionária não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Concessionária não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2017 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, valores a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Instrumentos financeiros		31/03/2017		
	Valor justo	Custo amortizado	Total	
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	112.119	-	112.119	
Aplicações financeiras vinculadas	271.743	-	271.743	
Contas a receber	-	238.903	238.903	
Partes relacionadas	-	17.713	17.713	
Total do ativo	383.862	256.616	640.478	
Passivos				
Fornecedores	-	52.590	52.590	
Partes relacionadas	-	34.549	34.549	
Empréstimos e financiamentos	-	2.878.823	2.878.823	
Debêntures (*)	-	755.805	755.805	
Obrigações com poderes concedentes	-	13.307.426	13.307.426	
Total do passivo	-	17.029.193	17.029.193	

Instrumentos financeiros		31/12/2016		
	Valor justo	Custo amortizado	Total	
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	49.994	-	49.994	
Aplicações financeiras vinculadas	101.615	-	101.615	
Contas a receber	-	245.148	245.148	
Partes relacionadas	-	17.713	17.713	
Total do ativo	151.609	262.861	414.470	
Passivos				
Fornecedores	-	75.543	75.543	
Partes relacionadas	-	34.549	34.549	
Empréstimos e financiamentos	-	2.826.944	2.826.944	
Debêntures (*)	-	747.741	747.741	
Obrigações com poderes concedentes	-	12.996.625	12.996.625	
Total do passivo	-	16.681.402	16.681.402	

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo.

- Hierarquia do valor justo

A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/03/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	112.119	112.119	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	271.743	-	271.743	-
Total	383.862	112.119	271.743	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/03/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.878.823	-	2.878.823	-
Debêntures (*)	755.805	-	755.805	-
Concessão de serviço público	13.307.426	-	-	13.307.426
Total	16.942.054	-	3.634.628	13.307.426

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	49.994	49.994	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	101.615	-	101.615	-
Total	151.609	49.994	101.615	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.826.944	-	2.826.944	-
Debêntures (*)	747.741	-	747.741	-
Concessão de serviço público	12.996.625	-	-	12.996.625
Total	16.571.310	-	3.574.685	12.996.625

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

- Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- Debêntures

As debêntures em 31 de março de 2017 apresentam valor de mercado R\$ 661.364 (R\$ 639.142 em 31 de dezembro de 2016). Fonte: CETIP

- Concessão de serviço público

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas.

As operações da Concessionária estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Concessionária.

b) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Concessionária às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber. A Concessionária mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras vinculadas em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica provisão para crédito de liquidação duvidosa, nota explicativa nº 6.

c) Risco de liquidez

A Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários.

O quadro a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 31 de março de 2017 e de 31 de dezembro de 2016.

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/03/2017
Fornecedores	52.590	-	-	-	52.590
Empréstimos	798.299	756.609	1.043.298	3.490.971	6.089.177
Debêntures	63.178	200.522	272.513	787.304	1.323.517
Concessão de serviço público	1.150.839	2.474.660	2.706.070	19.984.583	26.316.152
	<u>2.064.906</u>	<u>3.431.791</u>	<u>4.021.881</u>	<u>24.262.858</u>	<u>33.781.436</u>

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2016
Fornecedores	75.543	-	-	-	75.543
Empréstimos	353.641	762.749	1.058.885	3.539.655	5.714.930
Debêntures	74.135	205.531	281.784	816.597	1.378.047
Concessão de serviço público	1.107.164	2.446.078	2.670.275	19.712.197	25.935.714
	<u>1.610.483</u>	<u>3.414.358</u>	<u>4.010.944</u>	<u>24.068.449</u>	<u>33.104.234</u>

d) Análise de sensibilidade nas taxas de juros

A Concessionária está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras.

Decorre da possibilidade da Concessionária sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Concessionária possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

Nos quadros abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: cenário provável, o adotado pela Concessionária com base nos preços de contratos futuros negociados em bolsa de valores e/ou mercadorias e futuros, e cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

Ativo financeiro

Operação	31/03/2017	Risco/ indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Caixa e equivalentes de caixa	112.119	-	11.941	8.956	5.970
Aplicações financeiras vinculada	271.743	CDI (% ao ano)	28.941	21.705	14.470

Referência para ativos financeiros		Provável	Cenário A	Cenário B	
CDI (% ao ano)		10,65%	7,99%	5,33%	
Passivo financeiro					
Operação	31/03/2017	Risco/indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos	2.878.823	TJLP (% ao ano)	204.972	256.215	307.458
Debêntures	755.805	IPCA (% ao ano)	30.988	38.735	46.482
Outorga Fixa	13.307.426	IPCA (% ao ano)	545.604	682.006	818.407
Referência para passivos financeiros		Provável	Cenário A	Cenário B	
TJLP (% ao ano)		7,12%	8,90%	10,68%	
IPCA (% ao ano)		4,10%	5,13%	6,15%	

27. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Concessionária teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	31/03/2017	31/03/2016
Encargos financeiros sobre empréstimos financiamentos capitalizados	501	2.966
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	70.081	140.225
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (Fornecedores)	-	2.689

28. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício / período, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis.

A Concessionária não possui instrumentos diluidores em 31 de março de 2017 e em 31 de março de 2016, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizando o cálculo de resultado básico e diluído por ação:

<u>Resultado básico e diluído por ação</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Numerador		
Resultado do período atribuído aos acionistas da Concessionária	(205.665)	(362.555)
Denominador (em milhares de ações)	<u>1.929.645</u>	<u>1.475.101</u>
Média ponderada por número de ações		
Resultado básico e diluído por ação - em Reais	<u>(0,107)</u>	<u>(0,246)</u>

29. EVENTO SUBSEQUENTE

Até a data de divulgação das informações contábeis a Concessionária não apresentou nenhum evento subsequente relevante.

* * *